EM TORNO DA “LIBERDADE DE ENSINO”:REFLETINDO SOBRE OS DEBATES EDUCACIONAIS BRASILEIROS A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO CATÓLICA - AEC (ANOS 1950/60)

O presente estudo pretende desenvolver uma reflexão sobre os debates educacionais brasileiros, conduzidos em torno da formulação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no contexto da redemocratização do país após o fim do Estado Novo, sendo conferido destaque às posições assumidas pela Associação de Educação Católica do Brasil (AEC), criada em 1945. No cenário focalizado no trabalho, situado principalmente, ao longo dos anos 1950 e até a promulgação da LDB, em dezembro de 1961, importantes disputas tiveram lugar, tendo como horizonte a definição das políticas educativas, sendo observadas posições diversas sobre os papeis que deveriam ser desempenhados por Estado, escola e família na cena educacional. Muitos dos educadores remanescentes do movimento da Escola Nova dos anos 1920/1930 ainda afirmavam sua presença então, e manifestavam novamente suas posições em favor da democratização da educação brasileira, tendo como vetor central a escola pública, obrigatória e gratuita, e da extensão de seu acesso a amplos segmentos da população. Confrontando-se com o foco na escola pública, os educadores vinculados à Igreja Católica, reagrupados, e posicionados, nesse momento, em um sentido de forte aproximação do setor privado da educação, que assumia expressão crescente na sociedade brasileira, tentavam fazer com que seus interesses fossem contemplados na lei que se encontrava em discussão. Em nome do que diziam ser a “liberdade de ensino”, ou o “ensino livre”, e criticando o “monopólio estatal da educação”, medida que, segundo afirmavam, estaria em vias de ser estabelecida na sociedade brasileira, procuravam garantir na LDB a possibilidade de obtenção de recursos públicos para a subvenção de instituições escolares confessionais. Novamente posicionando-se em favor da “família” - mais uma vez identificada à “família católica” - e de sua liberdade na definição dos caminhos da escolarização dos filhos, entendiam que o Estado deveria apoiar sua escolha. Defendiam que a lei em debate assinalasse a centralidade das escolas particulares no oferecimento da educação para crianças e jovens, destinando, por sua vez, à escola pública um papel complementar nessa tarefa. Tendo como base documental privilegiada o Boletim *Servir*, periódico oficial da AEC, e considerando que a imprensa, de formas diversas,assumiu, à época, papel de destaque como estratégia (CERTEAU) de intervenção da Igreja Católica e do movimento conduzido sob sua liderança, com vistas à afirmação de seu projeto político e educacional, o estudo dialoga com a historiografia que vem valorizando os impressos como fonte valiosa para a pesquisa em história da educação, e, em particular, com aqueles voltados para a imprensa educacional (NÓVOA). Aproxima-se, ainda, dos estudos do campo da história cultural, ao considerar os debates em questão em torno da “liberdade de ensino”na perspectiva de “lutas de representação” (CHARTIER). Em sintonia com Marc Bloch e com sua visão da relação indissociável entre passado e presente no ofício do historiador, os debates educacionais dos anos 1950/1960 serão analisados em diálogo com aqueles de nosso tempo, quando o tema das relações entre escola, família, religião e liberdade ainda tem se expressado, assumindo importância crucial para os rumos da educação brasileira.

Debates educacionais brasileiros; Imprensa católica; Associação de Educação Católica